



ISSN: 2358-0844  
n. 18, v. 1  
out.2022-dez.2022  
p. 64-73

# Vivências dissidentes no espaço público: quebras e (des)continuidades na cidade

*(Dissident experiences in the public space: ruptures and (dis)continuities in the city)*

*(Experiencias disidentes en el espacio público: roturas y (dis)continuidades en la ciudad)*

Maria Eduarda Batista Dellamagna<sup>1</sup>

**RESUMO:** Cidades e sujeitos constituem relações intrínsecas em configurações nas quais os sujeitos desenvolvem uma função significativa na consignação de dinâmicas nos espaços urbanos. Objetiva-se aqui uma reflexão acerca da constituição espacial a partir da teoria *queer*, na tentativa de assinalar relações implicadas com o descumprimento das convenções sociais ‘normais’ de performance no espaço público. Com o escopo centrado em estudos de gênero e sexualidade, é proposta uma revisão bibliográfica para amparar as análises e evidenciar o perceptível envolvimento espacial na determinação de tais normativas, ou seja, assinalar as vivências dissidentes identificadas, assim como estabelecer debates acerca da relação espaço/indivíduos e sua apropriação. Por fim, assinala-se a relevância da construção do espaço público por meio da diversidade de apropriação em que os sujeitos queer manifestam-se como um corpo possível, estabelecendo quebras e (des)continuidades na cidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Espaço urbano. Gênero e sexualidade. Teoria *queer*.

**Abstract:** Cities and individuals constitute intrinsic relationships in which the subjects develop a relevant function in the consignment of dynamics in urban spaces. The objective here is to reflect on the spatial constitution from the queer theory, to try to point out the relationships involved with the failure to comply with ‘normal’ social conventions of performance in public space. A review of the literature with the scope centered on studies of gender and sexuality is proposed to support the analysis and highlight the perceptible spatial involvement in determining such norms, that is, to point out the dissident experiences identified, as well as to establish debates about the space/individual’s relationship and its appropriation. Finally, the value of the construction of public space is emphasized with the diversity of appropriation in which queer subjects manifest themselves as a possible body, establishing ruptures and (dis)continuities in the city.

**Keywords:** Public space. Gender and sexuality. Queer theory.

**Resumen:** Las ciudades y los individuos presentan relaciones intrínsecas en sus configuraciones en las cuales las personas desarrollan un rol significativo en la asignación de dinámicas en los espacios urbanos. El objetivo de este artículo es reflexionar sobre la constitución espacial desde el punto de vista de la teoría *queer* en un intento de señalar las relaciones relacionadas con la infracción de los acuerdos sociales ‘normales’ de actuación en el espacio público. Con el alcance centrado en los estudios de género y sexualidad, se propone una revisión bibliográfica para apoyar los análisis y resaltar la implicación espacial en la determinación de tales normas, es decir, cómo señalar las prácticas disidentes identificadas y promover debates sobre las relaciones espacio/personas y su apropiación. Por último, se destaca la relevancia de la construcción del espacio público por medio de la diversidad de usos en que las personas queer se revelan como un cuerpo posible para crear rupturas y (dis)continuidades en la ciudad.

**Palabras clave:** Espacio urbano. Género y sexualidad. Teoría *queer*.

<sup>1</sup> Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: dudadellamagna@gmail.com



## 1 Apresentação

O espaço urbano é permeado de relações, sejam elas sociais, culturais ou políticas, e principalmente passível de refugiar ponderações e normas que privilegiam perspectivas normativas em detrimento de narrativas dissidentes. Ou seja, tende a reforçar formulações discursivas hegemônicas.

Nesse sentido, é proposta uma análise sobre a constituição espacial sob a perspectiva da teoria *queer*, a fim de apontar algumas implicações a partir do descumprimento das convenções sociais ‘normais’ de performance e representações do corpo no espaço público. Com o escopo centrado em estudos de gênero e sexualidade, propõe-se também uma revisão bibliográfica de autores, como Paul B. Preciado, Joseli Maria Silva e Guacira Lopes Louro, para demonstrar a perceptível implicação espacial na determinação de tais normativas.

A emergência desses perfis dissidentes e marginalizados, pautados na normativa social heterossexual e cisgênera, estimula o aparecimento de movimentos que problematizam as relações de poder estabelecidas, procurando, por isso, revisões. Nesse ponto, há o embate simbólico, político e cultural pelo espaço público que ecoa na organização urbana e na sua ocupação. É entendido, aqui, o espaço urbano como meio de expressão e materialização de uma normativa que por muitas vezes categoriza, estabelece, engessa e tensiona as normas sexuais e de gênero, dando ou tirando permissões de acesso e segmentando os espaços.

A estrutura do texto é organizada para subsidiar uma abordagem reflexiva acerca de três argumentações indispensáveis: primeiro, a teoria *queer* é conceitualizada, assinalando-se algumas de suas implicações; segundo, estabelece-se a relação entre espaços como materialização de relações ali estabelecidas; e, terceiro, a ponderação circula o entendimento da relação entre rupturas e (des)continuidades nos espaços a partir da ocupação e resistência de corpos dissidentes e *queer* no ambiente de natureza pública.

## 2 Teoria *queer*

Neste trabalho, o termo identitário *queer* é tomado a partir da sua redefinição e reapropriação feitas na década de 1980, frente à potência já à época reconhecida pelos movimentos operários, no seio do qual se desencadearam diversos movimentos sociais, raciais, de classe, feministas e sexuais. (MISKOLCI, 2012) No português, conforme Louro (2004, p. 38), a expressão sugere “estranho, talvez ridículo, excêntrico” como termos próximos.

Além de um termo identitário, a teoria *queer* compreende estudos relacionados a gênero, à sexualidade e aos feminismos, e contesta arquétipos de sexualidades, identidades binárias



compulsórias, relações de poder estabelecidas em detrimento de raça, classe e várias outras nuances que atribuem características normativas dadas ou não na sociedade contemporânea ocidental. Miskolci (2012) enfatiza ainda que a teoria compreende não apenas a defesa da homossexualidade, mas também a indagação e tentativa de revisão de valores morais e sociais que estabelecem relações de poder nessa sociedade.

Portanto, a identidade *queer* existe em estrias da coletividade para que todos os corpos que se distanciam das nuances de ‘normalidade’ existam e consigam explorar a multiplicidade sem repetições impensadas. Como colocado por Louro (2004), o *queer* sugere um não lugar, a transição e a ambiguidade. Desse modo, é relevante assinalar o movimento como proposição da revisão dos conceitos usados para as relações de poder, logo, uma forma de agitação e proposta de organização social que não deseja apenas por integração e aceitação, mas uma revisão completa do modelo binário e heterossexual, replicado e imposto incansavelmente. Portanto, a intenção é desestabilizar a norma e evidenciar a instabilidade e fluidez das identidades sexuais, igual sugere Louro (2004).

A concepção do mundo binária possui grande força no pensamento de origem eurocêntrica. Toda a construção e socialização acontece em um lugar de dicotomia, não só acerca de identidades de gênero como também de orientações sexuais, que posicionam indivíduos na sociedade a partir do estabelecimento de poder e domínios de espaços. O binarismo existe em um lugar agressivo, onde não existem espaços para exploração, nuance essa em que a identidade *queer* existe como possibilidade da existência fora desse sistema fechado.

O lugar binário mantém-se hoje ainda cheio de estrias, de pessoas que são discordantes e que transbordam os papéis que não são nada além da fabricação de identidade, indivíduos fluídos e fabricados para corresponder a circunstâncias diversas. Colling (2015) coloca o movimento *queer* não só como um modo de vida que sublinha sexualidades, mas também ressalta a existência da diversidade imensa de pessoas que ficam às margens e em trânsito de tudo que é dado além do binarismo.

Toda essa dicotomia transpassa, além do espaço de socialização, o lugar físico onde os indivíduos existem. Por isso, em vez de definir espaços normativos, a concepção *queer* sugere a exploração de possibilidades em que os corpos são ‘lidos’ de formas distintas e não hostis, ou seja, representações do corpo e experiências corporais dissidentes são consideradas a partir da diferença e não da tentativa de normatização.

Associado à percepção de alguns espaços físicos como indispensáveis para a formação dos sujeitos, é relevante destacar a importância do combate pautado pela colisão de ideias que contrapõe a naturalização tanto das opressões e dos binarismos quanto do caráter compulsório



da heterossexualidade. (PELÚCIO, 2014) A partir da noção de heterossexualidade compulsória, proposta por Rich (1993), é possível um questionamento inicial sobre ela, colocando-a como um elemento não natural que organiza a vida social. Tal noção recai em um modelo de dominação, espacial e cultural, vinculado a práticas normalizadoras nas quais, a partir do questionamento, é possível revisar conceitos e naturalizar diferentes performances e sujeitos, além de colocar em pauta muitos outros aspectos sociais e culturais que moldam as ações, os corpos e espaços.

### 3 Ocupação espacial

A partir dessas conceitualizações, é preciso significar espaço, aqui compreendido como lugar de performance, de encontro e embates, assim como área de interseccionalidade repleta de pluralidades. Considerar estudos de gênero e sexualidade nessa dimensão da arquitetura e urbanismo é considerar o contexto espacial como produto cultural da sociedade capaz de materializar a normalidade.

Alguns dos sujeitos considerados abjetos têm sua própria linguagem e arquétipo de performance, gênero e sexualidade, e por isso são vistos e distinguidos dos outros: por tentarem criar seus próprios espaços. Constrói-se uma relação intrínseca entre os desejos sexuais e as subjetividades espaciais por causa da reprodução espacial das normativas; conseqüentemente, os espaços se tornam lugares de conflitos e normalização.

É compreendida a importância dos estudos de gênero e da sexualidade junto aos estudos urbanos e arquitetônicos, pois são essenciais para a compreensão da materialidade e do funcionamento dos espaços na coletividade – como também pontua Vieira (2018). Assim, o entendimento de um espaço como queer não é uma característica dada, intrínseca e estática, mas, sim, uma característica dada por meio da compreensão do que é praticado e performado nele.

É entendido neste texto o espaço público como meio de expressão e materialização de uma norma que analisa, estabelece, engessa e muitas vezes tensiona as normas sexuais e de gênero, que acabam por fornecer ou retirar determinadas permissões de acesso ou de uso, além de distribuir e segmentar espaços. (PRECIADO, 2012) Como assinala Preciado (2012), também é importante centrar questões sobre representações culturais, materiais e urbanas na teoria *queer* como tática de politização, ou seja, trata-se de um fator determinante para a construção da performatividade e normatização dos corpos. Vieira (2019, p. 2) complementa a ideia ao escrever que

São nessas vivências coletivas de ações e comportamentos, no movimento ético e estético da pluralidade, compartilhando e ocupando a cidade, que surgem novos valores e conceitos para questionar as funções e ações da urbanidade cotidiana. Dada a situação de heteronomia do planejamento urbano brasileiro, voltado para a superficialidade na consolidação da infraestrutura urbana e da cultura patrimonial uniforme, é importante



considerar a presença da multidão queer em eventos coletivos como medida mínima para efetivar o caráter público e democrático das práticas que constituem as cidades.

Nesse ponto, é relevante pontuar a importância do caráter público e democrático citado anteriormente. Essas características garantem, ao menos em teoria, a livre utilização dos locais independentemente dos sujeitos e suas performances. Os espaços, principalmente os de natureza pública, são condicionados pela tentativa de universalidade normativa, cisgênera e heterossexual, o que permite à arquitetura o caráter de lugar de performance com embates e inviabilização a todos que desempenham outra forma de afetividade e gênero e, como efeito, determina a utilização e constituição material.

Judith Butler (2003), ao comentar sobre a performatividade como materialização, ocupação física de gênero e sexualidade, abre espaço para compreender comportamentos, vestimentas, identificação como possuidores de significado. Os sujeitos se tornam produtores de espaços, quase como uma escala corpórea. Considerar uma arquitetura *queer* é considerar a arquitetura como uma ferramenta e transformá-la em espaço de nuances e experimentações. É considerar a presença de corpos plurais que democratizam o espaço. Silva (2008) coloca os corpos como espaço, e a construção desse espaço acontece por indivíduos não neutros, ou seja, tem rostos, tem corpos múltiplos, tem sexo, gênero, idade, tem cor de pele.

Nesse lugar, o estereótipo de espaço neutro, construído por indivíduos também imparciais, é deixado de lado para considerar a experiência humana como “corporificada e simultaneamente espacial” da mesma forma que propõe Silva e Ornat (2016). As diferenças corporais, marcas e experiências individuais, associadas a tamanho, forma, cor, aparência, comportamento e práticas sociais, sustentam a forma com que o indivíduo é visto e interpretado por outros indivíduos e, por isso, moldam os espaços a partir dos sujeitos que ocupam.

Como existem infindáveis tipos de corpos, em diferentes formas, características, estágios e estados de existência e cada uma delas é interpretada e comunicada em cada tempos e espaço, pode-se argumentar, assim, que o corpo é um lugar social, político e geográfico e, além disso, o corpo constitui na maneira como as pessoas se conectam com outros espaços e experimentam o espaço. (SILVA; ORNAT, 2016, p. 63)

Miskolci (2012) diz que as identidades socialmente performadas são uma forma de controle e disciplina social, logo, elas agiriam na normalização dos indivíduos. Os sujeitos são lidos e colocados em categorias identitárias que os marcam e estabelecem políticas de conexão e desconexão com os direitos sobre o próprio corpo e o do outro, colocando-o em um lugar de embate social. Assim, o processo de apropriação da própria identidade é social – até a interação à



forma de ocupação espacial –, é reflexo direto do que é apreendido como norma.

Segre (1991, p. 24) comenta que

O ambiente construído é a representação de um sistema complexo de relações socioeconômicas e culturais, que se materializa em diferentes níveis de significação, desde os símbolos paradigmáticos das formas de vida da classe dominante – transmitidos como valores de caráter universal – até a produção do entorno pelos próprios usuários, que elaboram e materializam os significados emanantes de sua própria cultura.

A constituição e apropriação de pessoas *queer* em variados espaços garante, então, uma materialidade cultural, valores diferentes já agregados aos lugares normativos. O comportamento não se torna unânime quando há autonomia para se apropriar de espaços diversos a partir de vivências coletivas que acabam por materializar a pluralidade de gêneros e afetos, e principalmente os códigos estéticos atrelados a essas performatividades.

Identificar um espaço *queer*, como descrito anteriormente, não é possível a partir de uma característica imutável do lugar. Esses espaços se tornam espaços de resistência, contracultura e liberdade, mantendo-se em constante movimento e mudança. Em sua maioria, tem caráter efêmero e que perverte os códigos normativos; sua importância é justamente pela momentaneidade, mutabilidade e autonomia de ocupar e existir.

A existência fora da normalidade cria guetos plurais nos quais a resistência pode não ser o principal foco. A diversidade em si garante segurança e liberdade de ocupar, autonomia de existir próximo de sujeitos semelhantes mas diferentes, que celebrem e que juntos ocupem tais espaços. Se tornam capazes de explorar a capacidade de mutabilidade e fluidez a partir de sua exploração e celebra a possibilidade de diferentes identidades de gênero e sexualidades dissidentes. A existência desses espaços possibilita o reconhecimento de afetos em comum e uma politização de locais ocupados ao reconhecer a diferença dos indivíduos dissidentes quando postos em um espaço de normatização com tecnologias corretivas.

A ocupação, mesmo que ocasional do público *queer*, questiona a normatização urbana. Como coloca Vieira (2019, p. [6]), “[...] é necessário promover o movimento de corpos, seus gestos, atos e falas coletivas, demarcando o espaço com memórias de vivências públicas”. E não só marcar os espaços com memórias, mas também faz com que elas não sejam determinadas por receio e violências.

Refletindo sobre a territorialidade e os panoramas sociais colocados, é possível confirmar a natureza não material dessas características, ainda que sejam agentes essenciais na produção material do espaço. Os estudos dos aspectos sociais são fundamentais para o mínimo entendimento dos espaços, sendo eles públicos ou privados. Lefebvre (2008 [1968], p. 22) comenta sobre como os



embates urbanos constantes constituem o espaço: “A vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na Cidade”.

Logo, os estudos sobre teoria *queer*, junto aos tópicos de urbanidades e direito à cidade, se tornam fundamentais para pensar o espaço como mutável e fluido, capaz de se adequar de acordo com a ocupação, seja ela qual for. Portanto, a cidade não é estagnada. A constante apropriação e desapropriação dos territórios, as vivências, marcas e estrias são efêmeras e mutáveis, transformando o espaço ao passo que eles mesmos se transformam.

Teixeira (2013, p. 6) pontua a necessidade de “investigar de que maneiras a sexualidade poderia ser abordada na concepção, análise e crítica de espaços urbanos e arquitetônicos e que implicações em relação à sedimentação de subjetividades sexuais o ambiente construído poderia ter”. Gomes (2019, p. 5) complementa o conceito ao dizer que “o sentido primeiro que se pode associar à resistência do lugar é o de oposição ao movimento histórico de dominação econômica, política e cultural e da constituição de desigualdades socioespaciais acentuadas e críticas”. A regulação dos corpos ‘excêntricos’, então, pode ser diluída e muito menos agressiva em recortes específicos, ainda que perceptível o estranhamento em comum dos sujeitos abjetos que usam tal espaço. Sendo assim, as narrativas hostis no espaço urbano surgem como tentativa de conservação do discurso heteronormativo e binário onde há, na verdade, uma visível diversidade de corpos e performatividades, o que faz da ocupação dos espaços públicos por pessoas *queer* um movimento de resistência, de ruptura e de (des)continuação da normativa implicada na cidade.

A regulação citada, como sugere Vieira (2019, p. 4), coloca a participação das pessoas no espaço coletivo como uma forma intrínseca de produzir conformações do espaço urbano, podendo tal participação influenciar absolutamente na sustentação do medo. A ocupação dos espaços por pessoas *queer* é baseada, assim, na repreensão pela sua apropriação à sombra de violências físicas, morais e psicológicas, além de uma ameaça constante ao acesso e trânsito desses indivíduos que desviam da norma e, por isso, estão passíveis de desconfiança e medo de interações a partir do cruzamento das fronteiras simbólicas do espaço.

A cidade, portanto, pode agenciar uma mediação entre as mais diversas pessoas a partir da garantia de uma materialidade cultural pela ocupação de pessoas *queer* com estimas e dinâmicas diferentes daqueles já materializados nos espaços físicos normativos. O comportamento não unânime e uniforme, quando há autonomia para se apropriar de espaços diversos a partir de vivências coletivas, acaba por materializar a pluralidade de gêneros e afetos e, principalmente, os códigos estéticos atrelados a essas performatividades.



Esses afetos, performances e representações corporais, estabelecidos nos espaços urbanos, exploram novas rupturas e (des)continuidades em dinâmicas normativas da cidade, sob um olhar socialmente delimitado, sendo possível notar nuances da constituição simbólica e cultural dos espaços. São passíveis de nuances e da não réplica impensada de arquétipos, ou seja, são transformados em mecanismos de quebra das perspectivas que engessam a cidade e a sua ocupação ao enfatizar aqueles que existem em um lugar não-utópico, no qual seus corpos, lugares e estações são observados e escutados na cidade.

A construção e exibição de existências abjetas autorizam a constituição de novos parâmetros sem identificadores, principalmente quando expostos juntos a referências estéticas de corpos e vivências contemporâneas dissidentes, sem grandes frestas para o engessamento e a normatização. Amiúde, apropriar-se da cidade tem como seqüela subordinar-se à repulsa e hostilidade usualmente propagadas por indivíduos que negam sexualidades e identidades dissidentes, de modo que andar pelo espaço urbano é imprevisível.

Butler (2003) caracteriza o andar pelas ruas e o exibir uma determinada performance corpórea discrepante como um ato implicante no questionamento não só de uma heterossexualidade compulsória mas de um sistema predatório e excludente. O processo de reapropriação da cidade, então, evidencia a *reterritorialização* dos espaços urbanos em que os indivíduos marcados e hostilizados podem retomar lugares atribuídos à determinada organização social, cultural e espacial, originalmente pontos de silenciamento e segregação.

Portanto, com tais argumentos, conclui-se que o espaço urbano é constituinte enquanto território de encontro e embates bem como uma área de interseccionalidade e pluralidades. Porém, especialmente, também constitui um lugar de resistência capaz de legitimar a pluralidade de subjetividades e particularidades dos indivíduos, ressignificada com a crítica reivindicativa à cidade, independente de convenções sociais ‘normais’ de performance e representações de corpos.

#### 4 Considerações finais

A cidade em si é bastante simbólica; é lugar de descobrimento e socialização, na qual a ocupação das ruas é coletiva, ainda que sejam estabelecidas fronteiras simbólicas capazes de inibir a circulação e o seu uso, tanto por pessoas *queer* quanto por sujeitos em um panorama geral. São presenças muitas vezes sutis no espaço urbano, em locais de encontro e afetos, de corpos expressivos, destoantes e autônomos, que tornam as dissidências em movimentos de rupturas e (des)continuidades na cidade.

As fronteiras simbólicas engessam o espaço urbano e frustram as relações coletivas. Por isso,





a ocupação diversa do espaço público, díspar de um ambiente uniforme, configura alto predicado e variedade de conformações, onde é possível o fomento de um bem-estar social, desenvolvimento de relações sociais coletivas mais sadias e, sobretudo, o abrandamento de conflitos, até mesmo no reconhecimento da multiplicidade de dinâmicas, condutas, identidades e sexualidades dissidentes em áreas urbanas coletivas. (GEHL, 2013)

Desse modo, explorar as possibilidades de corpos, sujeitos, dinâmicas e principalmente de conformações permite a existências nas estrias da coletividade, como forma de especular novas narrativas urbanas e *queers* que expressam novas dinâmicas e configurações salvas de entraves rigorosos e normativos; grifa em especial o anseio de imaginar uma ocupação urbana por desejo e não por imposições espaciais de controle.

Fica claro, nesse ponto, a importância de ocupar e resistir. Ainda que, para espaços destinados a tais sujeitos dissidentes, as violências e invasões sejam constantes, com a criação de guetos para abrigar tudo que é desviante da normativa. A ocupação e posicionamento desses corpos são importantes para expor as violências diárias e excepcionais, a fim de acessar a problemática para questioná-la como um todo e, assim, dar espaço para uma existência segura que incorpora as demandas além de apenas as aceitar.

A título conclusivo, as reflexões apresentadas reiteram a essencialidade de ocupar e resistir nos espaços públicos como forma de ruptura e (des)continuidades das dinâmicas normativas da cidade, por meio de afetos e performances dissidentes a um código social estabelecido a partir do controle e da hostilidade voltados aos desviantes. Como colocado por Britto e Jacques (2012, p. 143), há uma necessidade de “[...] substituir a co-presença por representações programadas, repetitivas e petrificadas da experiência urbana”. Ou seja, é necessário que a ocupação seja livre e não passiva, permitindo experiências não monótonas e controladas.

O posicionamento desses corpos e vivências dissidentes, independentemente de classe econômica, raça, identidade de gênero e orientação sexual, possibilita a constituição de novos parâmetros sociais sem identificadores engessados, com referências estéticas e comportamentais de corpos e vivências, como também um formato possível, logo, como uma das possibilidades de existência fora dessa configuração fechada. Enfim, é preciso compartilhar performances como forma de legitimar a existência.

---

## Referências

BRITTO, F. D.; JACQUES, P. B. Corpo e cidade: complicações em processo. *Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 19, n. 1/-2, p. 142-155,



2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/corpoecidade>. Acesso em: 25 set. 2022.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COLLING, L. Quatro dicas preliminares para transar a genealogia do queer no Brasil. In: BENTO, B.; FÉLIX-SILVA, A. V. (org.). *Desfazendo gênero: subjetividade, cidadania, transfeminismo*. Natal: EDUFRN, 2015. p. 223-242.
- GEHL, J. *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GOMES, C. Lugar de resistência e construção do futuro. *Idéias*, [s. l.], v. 10, p. 1-20, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/lugarderesistencia>. Acesso em: 13 jun. 2022.
- LEFEBVRE, H. (1968). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2008.
- LOURO, G. L. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.
- MISKOLCI, R. *Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. (Série Cadernos da Diversidade).
- PELÚCIO, L. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil? *Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 68-91, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/traducoesetorcoes>. Acesso em: 23 jun. 2022.
- PRECIADO, B. *Architecture as a Practice of Biopolitical Disobedience*. *Log*, New York, n. 25, p. 121-134, 2012.
- RICH, A. Compulsory heterosexuality and lesbian existence. In: GELP, B. C.; GELP, A. (ed.). *Adrienne rich's poetry and prose*. New York: W.W. Norton & Company, 1993.
- SEGRE, R. Antecedentes históricos da arquitetura do século XX. In: SEGRE, R. *América Latina fim de milênio: raízes e perspectivas de sua arquitetura*. São Paulo: Studio Nobel, 1991. p. 19-26. (Primeiros Passos).
- SILVA, J. M. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. *GEOUERJ*, [s. l.], v. 1, n. 18, p. 1-17, 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/acidadedoscursos>. Acesso em: 16 jun. 2022.
- SILVA, J. M.; ORNAT, M. J. Corpo como espaço: um desafio à imaginação geográfica. In: PIRES, C. L. Z.; HEIDRICH, A. L.; COSTA, B. P. da. *Plurilocalidade dos sujeitos: representações e ações no território*. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2016. p. 56-72.
- TEIXEIRA, M. A. de A. *Presença incômoda: corpos dissidentes na cidade modernista*. 2013. 126 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/presencaincomoda>. Acesso em: 17 jun. 2022.
- VIEIRA, M. S. *Cidade do desapego: o estar-queer na urbanidade contemporânea*. 2018. 309 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/cidade-desapego>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- VIEIRA, M. S. Urbanidade e multidão queer em Berlim. *Ponto Urbe: Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP*, [s. l.], n. 25, p. 1-14, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition/vieira>. Acesso em: 15 jun. 2022.

